

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **CONTAGEM**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Contagem, 24/5/2010

I - Apresentação

Em 24/5/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Contagem, a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Durval Ângelo, compuseram a Mesa: Irineu Inácio da Silva, Presidente da Câmara Municipal; Luiz Cláudio de Almeida Teodoro, Secretário Adjunto de Defesa Social do Município, representando a Prefeita de Contagem; Elias Charbil Abdou Obeid, Juiz da Vara da Infância e da Juventude do Município, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Fernando Augusto Cipolini Lelo, Promotor de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado; Rodrigo Xavier da Silva, Assessor da Superintendência de Integração da Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds –, representando o Secretário de Defesa Social; Rosângela Leonardo da Silva, Diretora Educacional da Superintendência Regional de Ensino – Metropolitana B, representando a Secretária de Estado de Educação; Maria da Glória Moraes, Diretora do Centro Social Urbano do Eldorado, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Anthero Drumond Júnior, Diretor da Gerência Regional de Saúde de Belo Horizonte, representando o Secretário de Estado de Saúde; Cel. Irani Avelar Saraiva, Comandante da 2ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar em Minas Gerais; Vânia Lúcia Godoi de Faria, Chefe do 2º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado; Cap. Paulo Enock Marques da Silva, da 3ª Companhia de Bombeiros Militares de Contagem, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar; e Cláudia Costa de Almeida, Defensora Pública, representando o Defensor Público-Geral do Estado.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições e discussão

O Deputado João Leite, após declarar aberta a reunião, relatou brevemente as visitas da Comissão de Segurança Pública a todas as Regiões Integradas de Segurança Pública – Risps – do Estado. Noticiou a realização do fórum técnico sobre segurança pública, a realizar-se em

agosto, ocasião em que serão avaliados os relatórios consolidados dessas visitas, juntamente com os governos federal e estadual, Tribunal de Justiça e Ministério Público. Comunicou, também, a posterior publicação, pela ALMG, de um livro capaz de orientar o orçamento do Estado para o próximo ano, bem como a revisão do PPAG.

O Vereador Irineu Inácio ressaltou a importância da parceria entre a ALMG e a Câmara Municipal de Contagem no que diz respeito à segurança pública, questão que tem afligido toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Observou que houve melhorias nos últimos cinco anos, mas chamou a atenção para a necessidade de se avançar no desenvolvimento da segurança pública no Estado.

O Cel. Irani Avelar salientou a parceria entre o 2º Departamento da Polícia Civil e a 2ª Região da Polícia Militar – 2ª RPM –, destacando que a integração existente entre os órgãos é “clara, objetiva e importante”.

Registrou, também, que a segurança pública vai muito além do serviço das Polícias Militar e Civil, frisando a necessidade de se envolverem outras pessoas, entidades e órgãos no debate do tema. Lembrou ser a segurança dever do Estado e responsabilidade de todos, nos termos da Constituição da República, motivo pelo qual a cobrança não deve recair somente sobre a Polícia Militar.

Segundo o expositor, o trabalho da Polícia Militar baseia-se em números e no georreferenciamento e disse que considera os números da 2ª RPM muito bons, por demonstrarem redução considerável na criminalidade.

Afirmou que a Polícia Militar lida com dados relativos a crimes violentos, crimes violentos contra o patrimônio, armas apreendidas e operações, sendo traçadas metas para a redução do número de crimes e para o aumento do número de operações. Explicou, ainda, que os crimes considerados violentos são: estupro, tentado e consumado; homicídio, tentado e consumado; roubo consumado; sequestro; cárcere privado; e extorsão mediante sequestro.

Apontou que houve queda de 17,96% no índice de crimes violentos na região – número que considera bastante significativo –, esclarecendo que os períodos utilizados para comparação foram os quatro primeiros meses de 2009 e de 2010. Informou que, em Contagem, houve queda de 21% no índice de homicídios; de 22% no de homicídios tentados; e de 18% no de roubos consumados.

Declarou, ainda, que houve um acréscimo considerável no número de operações desenvolvidas na região, ressaltando o grande número de apreensões de armas de fogo. Em toda a região, são apreendidas mais de 300 armas de fogo por mês, lembrando o expositor que a 2ª RPM e o 2º Departamento da Polícia Civil abrangem 17 Municípios.

Considerou que os Municípios que demandam maior preocupação são Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e Ibirité, mas que a queda nos índices de criminalidade em todos os Municípios tem sido constante, refletindo a realidade do Estado.

Quanto ao número de ocorrências envolvendo adolescentes, relatou que, com o apoio do Juizado da Infância e da Adolescência, o número de ocorrências em que adolescentes figuram como autores diminuiu expressivamente na região. No entanto, a quantidade de ocorrências em que eles aparecem como vítimas aumentou.

Vânia Lúcia Godoi apontou a existência de duas vertentes a serem seguidas para a redução da criminalidade. A primeira refere-se à “sensação subjetiva”, que é a presença ostensiva da Polícia Militar na rua. Esse é um fator preventivo. A segunda é a continuidade dessa ação, que fica a cargo da Polícia Civil.

Indicou Contagem, especificamente, e Betim, em segundo lugar, como cidades estigmatizadas como muito violentas no Estado. Mas chamou a atenção para o fato de que, a cada morte, existem, em média, 500 a 1.000 ocorrências de furto, ameaça ou lesão corporal. Ou seja, o número de ocorrências de crimes de menor potencial ofensivo é muito maior do que o de crimes violentos.

Esclareceu, ainda, que, somente na minoria dos crimes violentos, torna-se possível saber de pronto a autoria. Na maioria deles, a Polícia Civil necessita do depoimento de testemunhas, ou mesmo de denúncias anônimas, para dar sequência às investigações e conseguir elucidar os crimes. Reconheceu que a sociedade tem colaborado com a polícia e que o índice de crimes violentos tem diminuído também em razão das denúncias da população.

Afirmou que, especificamente no Município de Contagem, houve grande redução dos números da criminalidade, comparando-os com os de outras regiões do Estado. Citou, também, Ribeirão das Neves, destacando que, apesar do estigma de ser um dos Municípios mais violentos do Estado, hoje tem problemas pontuais de criminalidade, os quais têm sido resolvidos pela polícia.

O Juiz Elias Charbil ressaltou que as punições a adolescentes, quando comparadas àquelas aplicadas a maiores de idade, têm sido mais graves e mais céleres. Considerou, ainda, que a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Ministério Público têm realizado um trabalho excelente na elucidação dos atos infracionais.

Externou a preocupação com o fato de a Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente – Dopcad – não estar suportando o número de menores apreendidos. Destacou a ausência de um centro de internação em Contagem, o que também considera um problema. Chamou a atenção para o fato de as vagas para adolescentes estarem surgindo de maneira lenta, sendo imperativo que esse processo seja acelerado a fim de que o objetivo de reintegração desses adolescentes à sociedade seja alcançado.

Fernando Augusto Cipolini registrou que o maior problema que o Ministério Público enfrenta atualmente na Comarca de Contagem é o número excessivo de inquéritos e processos em andamento. Externou, então, a necessidade de se aumentar a quantidade de Promotorias Criminais a fim de se dar uma resposta eficaz à criminalidade no Município.

Apontou o tráfico de drogas como a causa principal do grande número de crimes cometidos na região, enfatizando a necessidade de participação da sociedade para a elucidação desses delitos.

O Cap. Paulo Enock ressaltou que o Corpo de Bombeiros tem atuado em conjunto com as Polícias Civil e Militar, tanto nas ocorrências ligadas a desastres quanto naquelas de ordem preventiva. Indicou o grande número de rodovias existentes na área, em contraposição ao pequeno efetivo do Corpo de Bombeiros e à escassez de viaturas, como a principal dificuldade enfrentada na região.

Externou preocupação com relação à região de Várzea das Flores no que se refere aos constantes incidentes, especialmente aos ocorridos na lagoa, e chamou a atenção para o fato de que, em alguns pontos da lagoa, não havia condições mínimas de saúde, impedindo operações nesses locais.

Cláudia Costa destacou que, durante o período de um ano e meio de atuação no Tribunal do Júri da Comarca de Contagem, pôde verificar que 80% dos crimes dolosos contra a vida tinham como causa o tráfico de drogas. Considerou, além disso, que vários outros crimes ocorridos na comarca são provenientes do mesmo problema, especialmente roubos e furtos, frisando a importância da atuação preventiva na inibição do tráfico de drogas na região.

Luiz Cláudio de Almeida considerou, como função da Prefeitura, a prevenção. Informou que as Secretarias Municipais têm desenvolvido, de forma intersetorial, vários projetos que têm alcançado índices satisfatórios na educação, na saúde e na assistência social.

Ressaltou o trabalho efetivado no Gabinete de Gestão Integrada, criado em Contagem por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronaspi –, que trouxe para o Município investimentos do governo federal na área de segurança. Relatou que são realizadas discussões periódicas entre Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, autoridades do Judiciário e representantes das Secretarias Estaduais e Municipais sobre projetos de prevenção e atuação conjunta na cidade.

Informou que a Guarda Municipal tem ajudado nas ações preventivas, especialmente naquelas ligadas ao Corpo de Bombeiros, mas lembrou a necessidade de um planejamento mais amplo.

Segundo ele, são desenvolvidos diversos programas de prevenção, como o Mulheres da Paz, com 300 mulheres que se capacitam para ajudar suas comunidades na identificação de crianças e adolescentes a serem encaminhados aos projetos de assistência. Citou o programa Esporte e Lazer, que oferece oficinas relacionadas ao esporte e à cultura nas regiões mais vulneráveis da cidade; o projeto de valorização dos agentes de segurança pública e o Bolsa-Formação, em que são atendidos guardas municipais e policiais militares e civis. Recordou, ainda, o projeto Fica Vivo – criado por meio de convênio com o governo estadual – e a implementação de ações na região de Várzea das Flores, em Nova Contagem.

Reforçou a carência dos efetivos das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros e destacou a necessidade da participação direta do Estado para que esses órgãos tenham melhor infraestrutura.

Rosângela Leonardo registrou que tem sido realizado um trabalho educativo em busca da redução da criminalidade, frisando a contribuição que os Conselhos Tutelares e as Promotorias de Justiça têm dado para o alcance desse objetivo.

Anthero Drumond ressaltou a importância do fortalecimento, na sociedade, da noção de responsabilidade compartilhada, bem como do desenvolvimento de ações de assistência social como caminhos para a prevenção.

Abordou a necessidade de Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará e outros grandes Municípios da RMBH incentivarem a criação e o funcionamento de seus Conselhos Municipais de Política sobre Drogas. Externou sua preocupação quanto ao fato de o Conselho da Capital encontrar-se inativo há mais de um ano e solicitou, ao Presidente desta Comissão, que encaminhasse essa inquietação ao Prefeito de Belo Horizonte.

Discorreu sobre a importância da adequada utilização dos recursos destinados pelo governo federal para a prevenção e o controle do uso do “crack” nos centros urbanos. Destacou, como áreas de atuação, a capacitação dos profissionais responsáveis e o tratamento dos usuários. Informou que, em pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo – USP –, verificou-se que 25% dos envolvidos com “crack” morrem em 5 anos, não pelo uso da substância, mas quase sempre devido à violência, que ele apontou como a primeira causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. O expositor também manifestou preocupação em relação ao uso do álcool, que afirmou ser a principal causa de morte em acidentes de trânsito.

O Deputado Durval Ângelo salientou a importância de vários projetos implementados em Nova Contagem, como o Escola Aberta, o Mulheres da Paz – que atende entre 2 mil a 3 mil pessoas em situação de risco –, e a Casa de Apoio – onde se realiza um trabalho de beneficiamento do alho. Disse que houve queda significativa nos índices de violência em Nova Contagem e considerou que esses projetos contribuíram para tal redução.

Rodrigo Xavier lembrou a implementação do planejamento estratégico, por meio do governo federal, para o enfrentamento às drogas e informou que está sendo organizado, também pelo governo do Estado, um plano de prevenção ao uso de tóxicos. Falou que todas as considerações – em especial aquelas inerentes às dificuldades enfrentadas pelas Polícias Civil e Militar, pelo Corpo de Bombeiros e pela Defensoria Pública – serão levadas ao conhecimento do Secretário de Defesa Social.

Fernando Augusto Cipolini sugeriu a criação de uma Vara Especializada em Tóxicos em Contagem devido à enorme quantidade de processos e inquéritos relacionados ao tráfico de entorpecentes existente no Município. Relatou que, na 4ª Vara de Contagem, 50% a 60% dos crimes estão ligados ao tráfico de drogas, aparecendo, logo em seguida, os crimes patrimoniais.

Esclareceu, ainda, que os crimes contra o patrimônio têm, geralmente, conexão com o tráfico.

Cláudia Costa afirmou que a Defensoria Pública conta com aproximadamente 400 Defensores, enquanto o Estado necessita de 1.200 desses profissionais. Segundo ela, em Contagem existem três Defensores efetivos e 2 cooperadores. Considerou, por fim, a necessidade de valorização da Defensoria para a diminuição dos índices de criminalidade.

Anthero Drumond, em resposta ao Presidente da Comissão, a respeito da organização da política federal, estadual e municipal para o atendimento ao usuário de drogas, declarou que o Ministério da Saúde prevê o tratamento por meio dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – Caps AD. Disse, também, haver possibilidade de acolhimento do usuário nos serviços de urgência, nos casos de abstinência e “overdose”, apesar de ser grande a carência na área.

Informou que existem 24 Caps em Minas Gerais e mais alguns em fase de implantação, admitindo que esses Centros ainda são escassos no Estado. Defendeu, ainda, que o acolhimento do usuário feito apenas por meio da implantação dos Caps é insuficiente e nem sempre se aplica a todo tipo de tratamento. Esclareceu que, na grande maioria, adota-se o tratamento-dia, salientando a necessidade da implementação dos Caps III – para atendimento 24 horas –, principalmente junto às grandes populações, como em Belo Horizonte, Contagem e Betim.

Ressaltou a necessidade de discussão a respeito da inclusão das comunidades terapêuticas na rede de tratamento dos Municípios. Frisou a importância de se definir o papel de cada uma dessas comunidades, sua forma de capacitação e as possibilidades de financiamento das entidades.

Em resposta a questionamentos do Presidente da Comissão, o Cel. Irani Avelar afirmou que existem vários Conselhos Municipais de Segurança Pública – Conseps – em Contagem, esclarecendo, porém, que ainda há lugares em que precisam ser criados novos Conseps. Disse que todos os que foram instalados partiram da iniciativa das Polícias Militar e Civil, e destacou ser grande o trabalho desenvolvido pelos Comandantes de Companhias junto às associações comunitárias, as quais considerou bastante ativas.

Quanto às rodovias estaduais, informou que a 7ª Companhia de Polícia Rodoviária é responsável pela região metropolitana e que não há tropa especializada no policiamento de rodovias.

Sobre a situação no Bairro Estrela Dalva, relatou que, após um duplo homicídio ocorrido naquela área, foi observado que a comunidade encontrava-se muito afastada do Estado, do Município e da Polícia Militar. Considerou que o trabalho de aproximação da polícia com os moradores ficou aquém do necessário, mas informou que as Polícias Militar e Civil se fizeram presentes, bem como foram efetivadas operações e prisão das pessoas que impuseram, em razão do tráfico de drogas, toque de recolher àquela comunidade.

A Deputada Maria Tereza falou da importância de desarmar a sociedade, da relevância do trabalho das Associações de Assistência e Proteção aos Condenados – Apacs –, e da

necessidade de criação de centros de internação. Defendeu a ampliação dos efetivos das polícias e destacou que a inter-relação entre Betim, Contagem e Belo Horizonte deve ser cada vez maior.

O Cel. Irani Avelar, em resposta a questão suscitada, reiterou que houve diminuição da criminalidade em Contagem, ratificando a queda de aproximadamente 22,5% no número de crimes violentos, frisando que, na região do Bairro Água Branca, a redução nesse tipo de ocorrência chegou a 33%.

Gláucia Helena de Souza, Coordenadora Especial de Política para Mulheres da Prefeitura de Contagem, salientou que o número de casas de acolhimento para mulheres adolescentes usuárias de álcool e drogas é deficiente, ressaltando a urgência de se resolver esse problema.

II.2) Encaminhamentos aprovados:

a) ofício à Sedese solicitando:

- expansão do programa Poupança Jovem em Contagem, especialmente para as comunidades dos Bairros Estrela Dalva e São Mateus;

- implantação, em Contagem, do programa Segundo Tempo, com o objetivo de atender a jovens em situação de risco social;

b) ofício, à Seds, solicitando as seguintes providências relativas a Contagem:

- implementação do programa Fica Vivo na região dos Bairros Estrela Dalva e São Mateus;
- construção de um centro socioeducativo com o objetivo de atender aos adolescentes infratores;

- implantação de uma Apac;

c) ofício à SEE solicitando a implantação de ensino médio diurno em Contagem, de forma a atender os adolescentes, especialmente em horário integral, evitando sua ociosidade e consequente envolvimento com a criminalidade;

d) ofício, à Subsecretaria de Políticas Antidrogas, solicitando a ampliação do número de vagas nas clínicas filiadas a comunidades terapêuticas, com vistas ao atendimento de dependentes químicos em Contagem;

e) ofício, ao Chefe de Polícia Civil, solicitando a ampliação do efetivo e a melhoria da infraestrutura da Polícia Civil no Município;

f) ofício, ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, solicitando a ampliação do efetivo da corporação em Contagem;

g) ofício, ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando providências para construção de um novo Fórum, tendo em vista a precariedade da edificação hoje existente;

h) ofício, ao Defensor Público-Geral do Estado, solicitando a ampliação do número de Defensores Públicos na Comarca de Contagem.

III - Principais pontos abordados

III.1) Problemas:

- a) os Municípios de Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e Ibirité são responsáveis pela maior preocupação quanto à criminalidade, com maior incidência de crimes violentos;
- b) na região, ocorrem, em média, de 500 a 1.000 crimes de menor potencial ofensivo – como furto, ameaça ou lesão corporal – para cada morte;
- c) as ocorrências em que adolescentes aparecem como vítimas têm aumentado na região;
- d) há excesso de menores apreendidos na Dopcad;
- e) em Contagem não há um centro de internação;
- f) o número de inquéritos e processos é excessivo no Município;
- g) o número de Promotorias Criminais é insuficiente;
- h) o tráfico de drogas é a principal causa do grande número de crimes dolosos contra a vida, bem como de roubos e furtos, cometidos em Contagem;
- i) as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros apresentam baixo número de efetivos e infraestrutura deficiente;
- j) a Comarca de Contagem carece de mais Defensores Públicos;
- k) há dificuldades para o acolhimento de usuários de drogas nos serviços de urgência em casos de abstinência e “overdose”;
- l) o número de casas de acolhimento para mulheres usuárias de álcool e drogas é insuficiente.

III.2) Resultados positivos:

- a) melhoria na gestão da segurança pública nos últimos cinco anos;
- b) integração entre os órgãos do 2º Departamento da Polícia Civil e da 2ª Região da Polícia Militar;
- c) progresso nos projetos de prevenção à criminalidade resultante da atuação conjunta da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, do Judiciário e das Secretarias Estaduais e Municipais;
- d) queda de 17,96% no índice de crimes violentos na região, comparando-se os quatro primeiros meses de 2009 e de 2010;
- e) queda de 21% no número de homicídios, de 22% no de homicídios tentados e de 18% no de roubos consumados em Contagem;
- f) acréscimo no número de operações desenvolvidas na região, com apreensão de mais de

300 armas de fogo por mês;

g) crescente colaboração da sociedade, que tem contribuído, por meio de denúncias, para a diminuição do número de crimes violentos;

h) redução, na região, das ocorrências em que adolescentes figuram como agentes;

i) auxílio da Guarda Municipal nas ações preventivas;

j) contribuição dos projetos sociais para a queda nos índices de violência em Nova Contagem.

III.3) Carências a serem supridas:

a) fortalecer, na sociedade, a noção de responsabilidade compartilhada;

b) possibilitar o envolvimento de outras pessoas, entidades e órgãos no debate sobre segurança pública;

c) integrar as Polícias Civil e Militar com a Federal e a Rodoviária Federal;

d) aumentar as ações de assistência social como prevenção à criminalidade;

e) incentivar a criação e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Política sobre Drogas, especialmente em Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará e outros grandes Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

f) utilizar adequadamente os recursos destinados à prevenção e ao controle do uso de drogas, especialmente do “crack”, por meio da capacitação dos profissionais e da melhoria do tratamento dos usuários;

g) criar uma Vara Especializada em Tóxicos em Contagem, devido à grande quantidade de processos e inquéritos relacionados ao tráfico de drogas;

h) implementar os Caps III – para atendimento 24 horas – principalmente junto às grandes populações, como em Belo Horizonte, Contagem e Betim;

i) incluir as comunidades terapêuticas na rede de tratamento dos usuários;

j) instalar Conseps nas áreas ainda não atendidas em Contagem;

k) criar programas para a implantação de clínicas que disponibilizem vagas públicas para o tratamento de toxicod dependentes em Contagem;

l) criar vagas para atendimento de adolescentes infratores;

m) instalar novas Promotorias Criminais em Contagem;

n) aumentar os efetivos das instituições de segurança pública;

o) ampliar o número de Defensores Públicos na Comarca.